



DIREITO ADMINISTRATIVO

 **Estratégia**
OAB

III – SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO ADMINISTRATIVO

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Joana, após três anos de estudos intensos foi aprovada para o cargo de Oficial de justiça do Estado Alfa, ficando em 6º lugar. O edital do concurso previa 5 vagas para o referido cargo, mas Bruno, amigo de Joana que passou em 3º lugar, desistiu de forma expressa do cargo.

Com amplo entendimento de direito administrativo, Joana tinha ciência que seria a próxima a ser nomeada e já sonhava com a posse no seu tão esperado cargo. Ocorre que o governador do Estado, chamou a nomeação do cargo Jonas que nem se quer prestou o concurso, desrespeitando a ordem dos classificados, fundamentando que Jonas já fazia parte dos servidores estaduais e somente precisaria ser realocado para a nova função.

Na mesma semana do fato, com a finalidade de garantir seu direito líquido e certo à nomeação, impetrou Mandado de Segurança em face ao ato do Governador, diretamente no Tribunal de Justiça do Estado Alfa.

Ao final do julgamento teve seu pedido denegado sendo utilizado como fundamentação que a impetrante não teria direito à nomeação pois estava classificada fora do número de vagas constantes no edital e que a nomeação de Jonas é lícita, pois o sistema brasileiro permite provimento de servidores a outros cargos independente da realização de novo concurso.

Inconformada, Joana procura você, para na qualidade de advogado defender seus direitos a fim de combater a decisão proferida em única instância pelo Tribunal de Justiça estadual e garantir seu direito à nomeação. (5,0)

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

O presidente da república, pretendendo criar uma autarquia determina a autorização para sua instituição via decreto. No mesmo dia, o poder judiciário decide por aumentar a remuneração dos procuradores estaduais, uma vez fundamentar que se trata de questão isonômica.

Diante do narrado, responda:

A) Está correta a forma como o presidente determinou a criação de uma autarquia? Justifique. (0,60)

B) A decisão do poder judiciário é válida? Justifique. (0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Carlos Eduardo, morador do Município Beta que possui mais de 50 mil habitantes, é proprietário de um terreno no centro da cidade. No último ano, várias denúncias direcionadas à prefeitura relataram que o terreno está muito sujo e utilizado como depósito de lixo, o que vem ocasionando a presença de ratos e baratas na vizinhança.

Após proceder todas as formas de notificação do proprietário para que fosse feita a limpeza do terreno o Município deu início as notificações para parcelamento, edificação ou utilização compulsória, seguindo todos os trâmites e prazos do Estatuto da Cidade. Após expirar todos os prazos, o prefeito determinou o aumento da alíquota do IPTU, mas ficou com dúvida sobre os próximos passos em caso de inércia do proprietário, por isso contrata você para responder as seguintes dúvidas:

A) Levando em conta o caso narrado, existe algum prazo estabelecido para majoração da alíquota do IPTU? (0,65)

B) Após cinco anos de cobrança majorada da alíquota sem o cumprimento da obrigação pelo proprietário, o Município poderá desapropriar o imóvel? Qual é a forma apropriada de pagamento? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Cristine é interessada em um processo administrativo de interesse público. Após avançado período de investigação resolveu desistir totalmente do pedido formulado manifestando sua vontade de forma escrita.

Com base no caso narrado, responda:

A) É possível a administração dar prosseguimento ao processo mesmo com a desistência de Cristine? (0,60)

B) Após a instrução de processos administrativos, existe prazo para a administração preferir decisão? (0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Miguel é estagiário do Ministério da Cultura e responsável pelo controle dos pontos dos servidores. Por vários meses recebeu valores de alguns servidores para não registrar faltas injustificadas, saídas antecipadas e chegadas atrasadas. Percebendo o bom negócio, Miguel passou a oferecer os serviços, mas de forma inocente, não sabia que tal ação violaria os princípios da administração pública e causaria lesão ao erário, uma vez que a administração pagava o salário integral dos servidores que devido as faltas não prestavam o serviço público.

Com a abertura de um inquérito administrativo, Miguel procura você para sanar as seguintes dúvidas:

A) Mesmo sendo estagiário, Miguel pode responder por improbidade administrativa? (0,60)

B) A ação de Miguel em ajustar o ponto dos servidores é considerado ato de improbidade administrativa? (0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Amigos, boa sorte no simulado.

Espero que vocês tenham gostado. Abraços,

Igor Maciel e Felipe Duque



@ProfIgorMaciel

@felipe_duque